

**SERGIO MACHAY**

**HARMONIZAÇÃO CONTÁBIL INTERNACIONAL NA ERA DA GLOBALIZAÇÃO**

Monografia apresentada ao Departamento de Contabilidade do Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Contabilidade e Finanças.

Orientador: Lauro Brito de Almeida.

**CURITIBA**

**2004**

## **AGRADECIMENTOS**

*A Deus*

*Aos professores Lauro Brito de Almeida e  
Moises Prates Silveira*

*Aos pais e familiares*

*A todos que de alguma maneira contribuíram  
para que esta pesquisa pudesse ser realizada.*

*Só a educação pode melhorar o país.*

*Revista CRCPR – ano 25 –*

*nº 128 – Dez/2000.*

## SUMÁRIO

<b>LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS</b> .....	vi
<b>RESUMO</b> .....	vii
<b>ABSTRACT</b> .....	viii
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	01
<b>1. A PESQUISA</b> .....	02
1.1 CONTEXTO.....	02
1.2 ENCAMINHAMENTO DA PESQUISA.....	05
<b>2. ANÁLISE FINANCEIRA</b> .....	07
2.1 NOÇÕES HISTÓRICAS.....	07
2.2 CONCEITO, DEFINIÇÃO E TIPOS DE ANÁLISES.....	09
<b>3. PRÁTICAS CONTÁBEIS INTERNACIONAIS</b> .....	14
3.1 MERCADO DE CAPITAIS.....	15
3.2 CORPORAÇÕES TRANSNACIONAIS.....	16
3.3 AS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE.....	20
3.3.1 Organismos Internacionais de Contabilidade.....	22
3.3.1.1 Financial Accounting Standards Board - FASB.....	22
3.3.1.2 International Accounting Standards Committee – IASC.....	23
3.3.1.3 International Federation of Accountants – IFAC.....	24
3.3.1.4 Union European - EU.....	24
3.3.1.5 International Standards of Accounting and Reporting – ISAR.....	25
3.4 ANÁLISE S/ OS ORGANISMOS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE.....	25
3.5 A ELABORAÇÃO E FIXAÇÃO DE NORMAS INTERNACIONAIS.....	30
3.6 FATORES CHAVES NA HARMONIZAÇÃO DE NORMAS CONTÁBEIS.....	34

3.7 HARMONIZAÇÃO DE NORMAS CONTÁBEIS NO MERCADO EUROPEU.....	35
3.8 A HARMONIZAÇÃO DAS NORMAS CONTÁBEIS NO MERCOSUL.....	40
3.9 HARMONIZAÇÃO INTERNACIONAL DA CONTABILIDADE.....	42
3.10 OS DESAFIOS DA HARMONIZAÇÃO INTERNACIONAL.....	46
3.11 AS RELAÇÕES ENTRE EMISSORES DE NORMAS A NÍVEL NACIONAL, REGIONAL E INTERNACIONAL.....	47
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>48</b>
<b>BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>50</b>

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AICPA.....	American Institute of Certified Public Accountants
CFC.....	Conselho Federal de Contabilidade
CRC.....	Conselho Regional de Contabilidade
CVM.....	Comissão de Valores Imobiliários
EMI.....	European Monetary Institute
EU.....	Union European
FAF.....	Foundation of Accounting Financial
FASB.....	Financial Accounting Standard Board
IBRACON.....	Instituto Brasileiro de Contadores
IASC.....	International Accounting Standard Commission
IASB.....	International Accounting Standard Board
IFAC.....	Federação Internacional de Contadores
IOSCO.....	Organização Internacional das Comissões de Valores
MEU.....	Monetary Economic Unit
NPC.....	Normas Contábeis Profissionais
ONU.....	Organização das Nações Unidas
OECD.....	Organização Européia para o Comércio e o Desenvolvimento
SEC.....	Securities and Exchange Commission
TEC.....	Tarifa Externa Comum
US GAAP.....	United States – General Accepted Accounting Principles

## RESUMO

### **MACHAY, SERGIO. NORMAS CONTÁBEIS INTERNACIONAIS – HARMONIZAÇÃO CONTÁBIL INTERNACIONAL NA ERA DA GLOBALIZAÇÃO.**

A globalização dos mercados no que diz respeito ao desenvolvimento do mercado de capitais internacional, ao crescimento dos investimentos diretos estrangeiros e a formação de blocos econômicos, traz consigo a necessidade de se ter um conjunto de normas contábeis internacionais que viabilizem a comparação de informações entre companhias de um mesmo grupo ou de grupos distintos. Diante disso, pretende-se com este trabalho apresentar as diferentes práticas contábeis utilizadas em diversos países bem como a fixação de normas contábeis internacionais voltados ao processo de harmonização internacional da contabilidade.

#### **Palavras-Chave**

Globalização dos Mercados; Normas Contábeis Internacionais; Harmonização Internacional da Contabilidade; e Usuários das Informações Contábeis.

## **ABSTRACT**

**MACHAY, SERGIO. INTERNATIONAL ACCOUNTING RULES – INTERNATIONAL ACCOUNTING HARMONIZATION IN A GLOBALIZATION TIME.** The globalization of the markets in what concerns the development of the market of capitals international, to the growth of the foreign direct investments and the formation of economical blocks, it brings with itself the need to have a group of international accounting standards that make possible the comparison of information among companies of a same group or of different groups. Before that, it is intended with this work to present conflicts of existent interests between accounting organisms and countries in the process of fixation of international accounting standards returned to the process of international harmonization of the accounting.

**Key-Words:** Globalization of the Markets; International Accounting Standards; International harmonization of the Accounting; and Users of the Accounting Information.

## INTRODUÇÃO

A contabilidade tem sido descrita como a linguagem dos negócios. Enquanto isto parece um termo extravagante, ele sim expressa algo de importante na contabilidade mundial de hoje. Por exemplo, sem informação contábil muito do que é garantido na nossa sociedade, desde simples cálculos de ganhos em operações de mercado internacional de ações, seria impossível.

A maneira pela qual a contabilidade é praticada hoje é consequência das tentativas do ser humano em controlar o ambiente. Realmente, desde tempos remotos o ser humano sentiu a necessidade de registrar eventos, com a emergência de alguma forma de gravações escritas coincidiram com o desenvolvimento das habilidades básicas de registros. *“Há 5.000 anos atrás a escrita e os números foram desenvolvidos e com o largo crescimento e tradição dos centros de habitação, surgiu a necessidade de se registrar os eventos financeiros”* <sup>1[2]</sup>. Como segue no texto abaixo, escavações recentes no Iran, Iraque e Egito demonstraram evidência do uso de tábuas de barro, onde mantinham seus registros naquele tempo.

Suhag, Província do Egito – tábuas de barro recém descobertas do túmulo de um rei Egípcio, Escorpião I, representa o mais antigo descobrimento da evidência de escrituras feitas à mão. Arqueologistas alemães dizem através do teste de carbono, que a data de tal descoberta situa-se entre 3,300-3,200 antes de Cristo. Mais de 2/3 dos hieróglifos traduzidos, em pequenas peças de tábuas de barro e em laterais de jarros, são registros contábeis de impostos”(Fonte: A mais nova descoberta da escrita no Egito:< <http://www.acaus.org>>).

Faz pouco sentido nos dias de hoje, a idéia de economia nacional, assim como as idéias de empresas nacionais, capitais nacionais, produtos nacionais e tecnologia nacional. A irreversibilidade da uniformização contábil em todo o mundo se deve à globalização. Os mercados mais seguros e mais conhecidos são os que atraem os investidores. Por este motivo,

os países que adotam normas contábeis reconhecidas internacionalmente, e por eles entendidas, terão significativa vantagem sobre os demais. O fornecimento de informações de acordo com normas de elevada qualidade, transparência e comparabilidade reduz o risco do investimento e o custo do capital. Se a empresa tiver de preparar suas demonstrações contábeis de acordo com diferentes normas de distintos países, para se comunicar com investidores em vários mercados de capitais em que opera, terá com isso elevados custos e dificuldades no processo de comunicação.

A verdade é que o mercado de capitais dos países que adotam normas contábeis em consonância com as reconhecidas internacionalmente, tende estar em vantagem em relação aos demais, visto que os investidores estrangeiros necessitam de informações confiáveis que resguardem a comparabilidade das informações no processo de tomada de decisões.

Por outro lado, temos a confiabilidade das demonstrações contábeis como fonte indispensável no processo de tomada de decisões, quando o resultado de uma companhia, divulgado de acordo com as normas locais, diverge daquele apurado em conformidade com as normas de outro país.

## **1. A pesquisa**

### **1.1 Contexto**

A informação financeira é apresentada de diversas formas. Reportes financeiros, como os balanços, demonstrações de resultados (lucros e perdas) e fluxos de caixa. Tais reportes podem ser anuais, trimestrais ou mensais, sendo assim os meios mais comuns pelos quais as informações financeiras se tornam disponíveis. Estes documentos, as vezes complexos, são o

---

<sup>1[2]</sup> JENSEN, Daniel L. *Advanced Accounting – 3<sup>rd</sup>. Edition*. McGraw Hill Inc., 1994.

resultado de gerações de prática contábil. Um dos grandes problemas hoje em dia, é entender tais informações financeiras e interpretá-las com clareza.

A Análise das Informações Financeiras utiliza-se de processos e técnicas para identificar e extrair as informações críticas contidas nas demonstrações financeiras e qualquer documentação suporte. Embora, experiência e habilidades desenvolvidas pelos usuários da informação contábil durante muitas décadas, formam parte deste estudo e são apresentados com detalhes consideráveis.

Significativamente, contudo, a aplicação destas técnicas e processos não é apresentada como um fim por si própria, ao contrário, a análise da informação financeira é vista como um exercício que contribui para um processo de tomada de decisão. Este processo inclui a aplicação de técnicas e habilidades, procurando entender os resultados produzidos com referência a largas estratégias, considerações comerciais e sociais que afetam toda uma entidade comercial. Embora, a necessidade de uma variedade de usuários seja considerada, enquanto que a noção de que qualquer grupo de interesse deva ditar um desafio aos relatórios financeiros, que consiste em fazer com que o leitor ao ler um balanço, possa entendê-lo com clareza e possa analisá-lo e tecer suas conclusões.

Nos últimos 15 anos, o mundo e sua economia estão passando por um processo de mudança irreversível, chamado de globalização. Essa transformação tem sido tão grande e intensa, que alterou praticamente todos os aspectos da sociedade mundial, redefinindo completamente o conceito de propriedade e riqueza, erguendo novos países e derrubando antigas potências.

Segundo ROSA (1999:19):

“O atual cenário mundial aponta para uma crescente internacionalização da economia, que se manifesta pelo surgimento de blocos econômicos continentais e/ou regionais, exigindo uma

economia aberta e a prática de livre comércio entre os países que formam esses blocos. Somam-se esforços para ampliação das relações socioculturais entre esses países, demonstrando que nos dias atuais se procura por meio de integração o desenvolvimento socioeconômico, com o intuito de se proteger e/ou fortalecer, para enfrentar a competitividade em nível global”.

A integração dos países membros dos blocos econômicos, hoje existentes no mundo, a exemplo do Nafta, Mercosul e União Européia, pode ser vista e entendida do ponto de vista econômico, limitada à ação das empresas e dos mercados onde estas atuam, e ao bem informar os usuários nacionais e internacionais da informação contábil.

Pretende-se com este estudo, embasar a necessidade da harmonização internacional da contabilidade diante das exigências impostas pela globalização dos mercados econômicos e pelo crescimento dos investimentos diretos estrangeiros, cuja necessidade de informações contábeis comparáveis e confiáveis resguardam a segurança e transparência no processo de decisões e julgamentos dos usuários dessas informações.

As informações contábeis geradas de um empreendimento multinacional no campo da Contabilidade Internacional, interessam tanto a segmentos de um mesmo grupo econômico que realiza operações e transações internacionais como também aos usuários da informação que estão domiciliados em diferentes países em relação ao empreendimento que disponibiliza e evidencia essas informações.

Entender as dimensões internacionais da contabilidade é vital para qualquer um que queira negociar por bordas nacionais e internacionais onde as informações contábeis podem variar substancialmente de um país para outro, de acordo com os princípios de contabilidade que os governam. Diferenças em cultura, práticas empresariais, sistemas políticos, inflação, tributação e os riscos empresariais devem ser consideradas no processo decisório de onde e como negociar e investir. Por outro lado, as demonstrações contábeis e outras formas de

evidenciação, são impossíveis de entender sem uma consciência dos princípios contábeis nacionais e internacionais e sem um conhecimento sólido da cultura do negócio.

De acordo com CHOI, FROST & MEEK (1999: 290),

“como o mundo dos negócios está cada vez mais global, as demonstrações contábeis se tornam mais importantes para uma análise competitiva nas decisões de crédito e nas negociações empresariais. A redução continuada de barreiras de comércio, o aparecimento da Europa como um mercado unificado, a convergência de gostos dos consumidores, e uma sofisticação crescente de empresas em mercados domésticos, intensificou o mundo competitivo empresarial multinacional”.

A produção de Normas, para que as informações sejam a imagem fiel dos fenômenos da riqueza patrimonial, deve considerar o que nos devemos impor, como fundamento metodológico, ou seja, definir o que entender por informação e qual a utilidade que efetivamente esta deve prestar a quem a procura. Não basta informar sem um compromisso com a verdade como não basta padronizar apenas para que uma coisa seja aceitável por grupos de pessoas, sem que tenhamos a convicção de que é válido e útil, para todos, o que se informa. A informação é apenas um veículo, não o objetivo final, mas, necessita permitir um entendimento sem distorções, competente para merecer crédito.

## **1.2 Encaminhamento da pesquisa**

Diante desse quadro, o **objetivo** deste trabalho é abordar a questão da harmonização contábil internacional, considerando, principalmente, que estamos vivendo em uma era de globalização.

Considerando o objetivo de estudo este trabalho caracteriza-se como pesquisa bibliográfica. Assim, no desenvolvimento do trabalho será feito o uso de alguns exemplos e casos práticos, citados na literatura pesquisada. Acrescentar-se-ão, também, opiniões, estatísticas e pesquisas sobre o tema, colhidas da literatura corrente e/ou de textos e artigos disponibilizados na rede internacional de computadores.

Pretende-se fazer uma análise da Harmonização Contábil a nível internacional e nacional mediante várias interpretações e diferentes discussões bibliográficas.

Conforme Vergara (1990), a pesquisa aqui em estudo classifica-se em dois aspectos: quanto aos meios e quanto aos fins.

Quanto aos meios, a pesquisa será documental e bibliográfica. Será documental, pois utilizará documentos conservados no interior de órgãos públicos e privados. Bibliográfica, pois utilizará material publicado em livros, revistas, jornais e internet.

Quanto aos fins, será metodológica. Metodológica por demonstrar procedimentos/técnicas de análise das informações financeiras, que são precedentes da Harmonização Contábil, pois há todo um tratamento especial aos registros contábeis para que estes possam ser analisados e futuramente, trabalhados para que sejam harmonizados contabilmente.

- Pesquisa bibliográfica em livros estrangeiros e nacionais que relacionados a área pertinente em estudo; revistas e periódicos especializados, jornais e artigos publicados em sites de economia e contabilidade nacionais, norte americanos e europeus; consulta a órgãos como o CRC – Conselho Regional de Contabilidade, CVM – Comissão de Valores Imobiliários.

Como serão utilizados dados já abordados e publicados por terceiros, estes serão estudados, analisados, visando possibilitar a compreensão, argumentação e conclusão destes temas que serão expostos. Com tudo isso, se pretende agregar um mínimo de conhecimento dos fatos e práticas de análise das informações financeiras e de Harmonização Contábil nos âmbitos Nacionais, Regionais e Internacionais.

As seguintes dificuldades e limitações foram apresentadas quanto à coleta e tratamento dos dados que serão abordados:

- Comparação de modelos financeiros estrangeiros e nacionais;
- Sintetizar as informações, visto que alguns temas são abordados com tal profundidade em determinadas bibliografias, que chegam a sair do foco do tema proposto, devaneando entre outros relatos; também a síntese de temas dentro da análise de informações financeiras, tendo em vista que há muitos sub-temas relacionados a este, que é a Análise das Informações Financeiras, bem como a Harmonização Contábil que se vale das diversas Normas Contábeis envolvidas, as quais não estão sendo mencionadas neste trabalho, afim de não esgotar o tema, mas sim, iniciar o leitor sobre a era da globalização que exigirá a cada dia mais que as empresas caminhem rumo a uma padronização, ou seja, para que ao final o produto se converta em uma Harmonização Contábil Internacional.
- A busca por uma bibliografia atualizada e aplicável para com o tema proposto para o estudo e realização do trabalho.

## **2. ANÁLISE FINANCEIRA**

### **2.1 NOÇÕES HISTÓRICAS**

A necessidade de analisar demonstrações contábeis é pelo menos tão antiga quanto a própria origem de tais peças. Nos primórdios da Contabilidade, quando esta se resumia, basicamente, à realização de inventários, já o “analista” se preocupava em anotar as variações quantitativas e qualitativas das várias categorias de bens incluídos em seu inventário. É muito provável que já naquela época se realizasse algum tipo de análise vertical ou horizontal.

Assim, o homem primitivo já aplicava noções rudimentares de análise de balanços ou, mais simplesmente, de análise.

Mais recentemente, a importância da moderna análise de balanços é notada desde a segunda metade do século passado. Os banqueiros foram responsáveis em boa parte, pela vulgarização da análise de balanços através de quocientes.

Hoje em dia, uma boa análise de balanços se faz presente nos mais diversos tipos de negócios no mundo. Pode ser importante para credores, investidores, agências governamentais, acionistas, gerências de companhias diversas, bancos, etc. Para a gerência, a análise de balanços tem mais sentido quando, além de informar o posicionamento relativo e a evolução de vários grupos contábeis, serve também como um “painel de controle” da administração. Enfim, a importância das análises das informações financeiras é a de produzir um conjunto de informações e de quocientes que possam levar a tomada de decisões.

Fonte: O'REGAN, Philip. *Financial Information Analysis*. John Wiley & Sons Ltd, 2001.

Devido à complexidade das informações financeiras no mundo globalizado de hoje, a análise e interpretação das demonstrações financeiras de uma companhia são de grande importância para a própria empresa/entidade e também, para seus investidores, possíveis clientes, funcionários, entidades governamentais, analistas financeiros, gerentes de corporações, tomadores de empréstimos e futuros fornecedores. O estudo aqui proposto, irá se limitar a demonstrar através de alguns exemplos teóricos, os diversos tipos de análises financeiras, apenas como embasamento ao leitor, para que as tenha em vista que para que tenhamos bem desempenhada uma análise de balanço, ou seja uma análise financeira, antes devemos ter uma uniformização dos dados a serem analisados, quando falamos globalmente, e porque não dizer, internacionalmente.

A necessidade de analisar os demonstrativos contábeis, como já mencionado anteriormente, é tão antiga quanto a origem da Contabilidade. Analisa-se seus relacionamentos numéricos, obtenção de indicadores, e destes para determinado interesse decisório de ordem econômica. O termo “Análise de Balanços” deve ser entendido em sentido copioso, incluindo os principais demonstrativos contábeis e outros detalhamentos e informações adicionais que sejam necessários, a título de exemplo, no caso de a análise destinar-se à administração da empresa.

Conforme DAS NEVES (1999:393), a análise das informações financeiras terá valor somente à medida que o analista:

- Fornecer informações numéricas de dois ou mais períodos, de modo a auxiliar ou instrumentar acionistas, administradores, fornecedores, clientes, governo, instituições financeiras, investidores e outras pessoas físicas ou jurídicas interessadas em conhecer a situação da empresa ou para tomar decisões;
- Comparar os índices e relacionamentos com os da concorrência, com outras empresas de amplitude nacional ou internacional, atentando para o período analisado, tendo em vista a sazonalidade das atividades de certas companhias que devem ser levados em conta, quando de uma análise financeira;
- Estabelecer uma tendência (uma série histórica) dentro da própria empresa.

## 2.2 CONCEITO, DEFINIÇÃO E TIPOS DE ANÁLISES

A Análise das Informações Financeiras é uma arte, pois não existe um roteiro padronizado a ser seguido, logo, as conclusões obtidas, nunca serão as mesmas, mesmo sendo vistas dentro das mesmas circunstâncias.

Há diferentes tipos de análises: de Estrutura, Vertical ou de Composição; de Evolução, Horizontal ou de Crescimento; por Diferenças Absolutas e de Quociente ou Razão.

A Análise de Estrutura ou Vertical, tem o objetivo de medir percentualmente cada componente em relação ao todo do/da qual faz parte e fazer as comparações entre dois ou mais períodos, caso a empresa a ser analisada não esteja em seu primeiro ano de atividades. Já a Análise de Evolução ou Horizontal é de avaliar o aumento ou a diminuição dos valores que expressam os elementos patrimoniais ou do resultado, numa determinada série histórica de exercícios.

No caso da Análise por Diferenças Absolutas, é de avaliar qualitativa e quantitativamente os novos recursos injetados na empresa e a forma como esses recursos foram aplicados. Baseia-se na diferença entre os saldos no início e no fim do período, para determinar o fluxo de origens e aplicações de recursos.

A Análise por Quocientes é determinada em função da relação existente entre dois elementos, indicando quantas vezes um contém o outro ou a proporção de um em relação ao outro. Assim caracterizam-se os Índices de Liquidez, de Endividamento, de Rotação e de Rentabilidade.

Os Índices de Liquidez têm o objetivo de avaliar a capacidade financeira da empresa, para satisfazer compromissos de pagamentos com terceiros. É representado pelos Índices de Liquidez Absoluta, Liquidez Seca, Liquidez Corrente, Liquidez Geral e Solvência Geral.

Como o seu próprio nome diz, os Índices de Endividamento procuram avaliar o percentual de seu endividamento da empresa com terceiros, seja a curto ou a longo prazo.

Pode-se até verificar, dependendo do caso e do grau de comprometimento, se a empresa está num processo de insolvência.

Em relação aos Índices de Rotação, pode-se afirmar que são esses os verificadores do giro (velocidade) dos valores aplicados. São representados pelos Índices de Rotação do Ativo, do Patrimônio Líquido, do Ativo Operacional e do Ativo Total Médio. Além dos já citados, existem o Prazo Médio de Renovação de Estoques, de Recebimento de Contas a Receber, de Pagamentos a Fornecedores e Imobilização do Capital Próprio.

A Rotação do Ativo mostra quantas vezes as vendas giraram em relação ao seu Ativo Total. Na Rotação do Patrimônio Líquido revela o que a empresa tem de recursos próprios, girando no Patrimônio Líquido. Já o de Rotação ou Giro do Ativo Operacional, revela a quantidade que as vendas promoveram em relação com o Ativo Operacional. O mesmo acontece no caso do Ativo Total Médio, pois também toma como base as vendas da empresa.

Para o Prazo Médio de Renovação de Estoques, verifica-se quantas vezes os estoques giraram durante período analisado. Isso também vale para o Recebimento de Contas a Receber e Pagamentos a Fornecedores. É importante analisar esses índices cuidadosamente, pois, a partir deles, pode-se saber se a empresa está precisando de recursos complementares em disponibilidades para pagar suas dívidas junto a seus fornecedores. Pois, isso ocorre quando o prazo médio de estoques somado ao de recebimento é superior ao prazo de pagamento concedido pelos fornecedores, ou seja, o seu ciclo financeiro é positivo. O ideal seria que esse ciclo fosse negativo, o que mostraria que a empresa estaria trabalhando com recursos de terceiros, sem haver necessidade de tomar dinheiro emprestado ou colocar dinheiro dos sócios para liquidar suas dívidas junto a seus fornecedores.

Na Imobilização do Capital Próprio teremos, percentualmente, onde o capital próprio foi investido mais intensamente, seja no Ativo Permanente ou em outro investimento.

Para os acionistas, os Índices de Rentabilidade e Lucratividade são os mais importantes. A partir deles tem-se uma avaliação do rendimento obtido pela empresa em determinado período. Os de Lucratividade, indicam ou representam a relação entre o rendimento obtido e o volume de venda (Lucratividade s/Vendas, Lucratividade Operacional, Lucratividade Bruta e Não Operacional). Já os de Rentabilidade, representam a relação entre os rendimentos e o capital investido na empresa (Rentabilidade do Capital Próprio, Rentabilidade do Ativo Total, Rentabilidade do Capital Realizado e do Investimento Total).

Além dos índices citados, também é importante, na constituição de uma análise, a Alavancagem Operacional e Financeira, pois representam de um modo geral, todas as afirmações com bases nos índices anteriores.

A Alavancagem Operacional representa o efeito desproporcional entre a força efetuada numa ponta (a do nível de atividade ou produção) e a força obtida ou resultante na outra (a do lucro). Quanto maior for a produção e quanto mais distante a empresa estiver de seu ponto de equilíbrio (quantidade mínima que a empresa deve produzir para que não tenha prejuízos), menor será o Grau de Alavancagem Operacional, pois a variação (acréscimo ou redução) no volume de produção provocará menor impacto no percentual de lucro.

Já a Alavancagem Financeira, representa a diferença entre a obtenção de recursos de terceiros a um determinado custo e aplicação desses recursos no ativo da empresa a uma determinada taxa; essa diferença (para mais ou para menos), provoca alteração na taxa de retorno sobre o patrimônio líquido.

Todos os índices citados não podem ser analisados isoladamente, mas em conjunto. A quantidade de índices a serem utilizados numa empresa deve ser medida com cautela. Uma grande quantidade pode chegar a confundir o Analista, principalmente se for um iniciante. Por outro lado, uma quantidade muito pequena de índices pode não ser suficiente para chegar-se a conclusões sobre a saúde financeira de uma empresa.

A quantidade e o tipo de índices a serem utilizados vai depender muito do objetivo da própria análise que se pretende desenvolver. O objetivo principal é subsidiar a tomada de decisão de crédito ou de investimento, entre outras.

Devido sua natureza financeira, a análise das informações financeiras possui limitações. Segundo MARION (2000:175), os relatórios contábeis são a exposição resumida e ordenada dos principais fatos registrados pela contabilidade, em determinado período. Entre os relatórios contábeis, os mais importantes são as Demonstrações Financeiras (terminologia utilizada pela Lei das S.A.), ou Demonstrações Contábeis (terminologia preferida pelos contadores).

A Análise das Informações Financeiras deve ser entendida dentro de suas possibilidades e limitações. Ela apontará problemas a serem estudados para que sejam concluídos com possíveis soluções. Por outro lado, sendo convenientemente utilizada, permitirá a administração, a formação de uma importante ferramenta de controle para a tomada de decisões.

Os seguintes detalhes são citados conforme IUDÍCIBUS (1998:22-24), para que se possa fazer uma análise das informações:

- Os registros contábeis de uma companhia devem ser mantidos com esmero;

- Mesmo que a Contabilidade da empresa se esforce para manter os registros de forma fidedigna, é altamente recomendado que tais relatórios financeiros sejam auditados por auditor independente ou, pelo menos, pela auditoria interna;
- É preciso estar atento quanto a utilização de valores extraídos de balanços iniciais e finais, principalmente na área de contas a receber e estoques, pois muitas vezes tais contas, nas datas de balanço, não são representadas de acordo com as médias reais do período analisado;
- As informações financeiras objetos de análise devem ser corrigidas tendo em vista as variações do poder aquisitivo da moeda;
- O trabalho de preparação dos dados para a análise deve ser levado em conta. O agrupamento e reagrupamento das informações financeiras apresentadas da forma tradicional, para uma forma mais adequada para a análise.

### **3. PRATICAS CONTÁBEIS INTERNACIONAIS**

Neste trabalho pretende-se apresentar as práticas contábeis adotadas em diversos países bem como a fixação de normas (padrões) contábeis internacionais voltados ao processo de harmonização internacional da contabilidade.

A internacionalização dos mercados no que diz respeito ao desenvolvimento do mercado de capitais internacional, ao crescimento dos investimentos diretos estrangeiros e a formação de blocos econômicos, traz consigo a necessidade de se ter um conjunto de padrões contábeis internacionais que possam viabilizar o processo de comparação de informações entre companhias de um mesmo grupo ou de grupos distintos.

As informações contábeis geradas de um empreendimento multinacional no campo da Contabilidade Internacional, interessa tanto a segmentos de um mesmo grupo econômico que realiza operações e transações internacionais como também aos usuários da informação que estão domiciliados em diferentes países em relação ao empreendimento que divulga essas informações.

Entender as dimensões internacionais da contabilidade é vital para qualquer um que queira negociar por fronteiras nacionais e internacionais onde as informações contábeis podem variar substancialmente de um país para outro, de acordo com os princípios de contabilidade que os governam. Diferenças em cultura, práticas empresariais, sistemas políticos, inflação, tributação e os riscos empresariais devem ser considerados no processo decisório de onde e como negociar e investir.

### 3.1 MERCADO DE CAPITAIS

Com o processo de globalização dos mercados, o crescimento do mercado de capitais se dá de forma acelerada que influencia a internacionalização da contabilidade por meio da necessidade dos investidores internacionais, dos analistas de patrimônio líquido, dos banqueiros, e de outros usuários das informações contábeis, entenderem e analisarem melhor as demonstrações contábeis de companhias espalhadas pelo mundo. Essa necessidade também é explicada pelo aumento significativo, nos últimos anos, das fusões e aquisições de empresas no mundo.

O ambiente internacional em seus diversos aspectos vem-se modificando e tornando-se mais competitivo e exigente. As empresas, em resposta às novas exigências ambientais, estão passando por mudanças profundas que têm afetado as economias nacionais e as empresas em geral. Nesse intenso movimento de mudanças, o processo de gestão

empresarial passa por novos desafios e os gestores passam a trabalhar com novos modelos de decisão, e passa a tomar a contabilidade como a principal ferramenta de gestão empresarial.

O mercado de capitais está se tornando mais internacional a cada dia que passa, pelo crescente aumento do número de companhias domésticas listadas em bolsa de valores (com exceção do Brasil no período analisado), como evidencia a tabela 1, a seguir, tomando-se como base: cinco países.

Tabela 1. Número de Companhias Listadas em Bolsas de Valores

País/Bolsa	1999	2000	2001	2002
Estados Unidos	8.512	7.858	7.074	6.590
Japão	1.935	2.096	2.141	2.153
França	969	966	nd	nd
Alemanha	851	983	983	934
Brasil	487	467	441	412

nd – não disponível.

Fonte: *Assessoria Econômica da Comissão de Valores Mobiliários* – Site – <http://www.cvm.gov.br> CVM, 2003.

O crescimento do mercado de capitais pode ser visualizado no Japão de 1999 a 2002 e na Alemanha no período de 1999 a 2001, onde esses países apresentaram um número crescente de companhias listadas em suas bolsas de valores, segundo informações da Assessoria Econômica da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, do Brasil.

Nos Estados Unidos e Brasil, por exemplo, o número de companhias listadas em bolsas de valores passou de 8.512 e 487 respectivamente, em 1999, para 6.590 e 412, em 2002, demonstrando um decréscimo de companhias listadas em suas bolsas de valores.

### 3.2 CORPORAÇÕES TRANSNACIONAIS

As corporações transnacionais espalhadas ao redor do mundo são responsáveis, em parte, pelo avanço das práticas de negócios nacionais e internacionais, que de certa forma,

também influenciam, além da globalização dos mercados econômicos, o processo de harmonização das normas contábeis.

Ao observarmos as quatro aproximações distintas para o desenvolvimento da contabilidade entre as Nações Ocidentais com sistemas econômicos orientados pelo mercado, chegamos às seguintes aproximações:

- ❑ Padrão de Macroeconomia;
- ❑ Padrão de Microeconomia;
- ❑ Aproximação de Disciplina Independente;
- ❑ Contabilidade Uniforme.

Os conceitos a respeito destes padrões de desenvolvimento da contabilidade foram propostos por Gerhard G. Mueller, em seu livro *International Accounting* (1967:186), abrindo caminho para a maioria das classificações de sistemas contábeis mundiais.

Assim sendo, o padrão de macroeconomia está baseado no fato de que o desenvolvimento da contabilidade pode estar relacionado com práticas econômicas nacionais derivadas das metas da macroeconomia do país, tomando por base três pressupostos básicos:

1. o empreendimento empresarial é a unidade essencial na economia nacional;
2. o empreendimento empresarial realiza melhor suas metas por coordenação de suas atividades com políticas econômicas nacionais;
3. o interesse público é servido melhor se a contabilidade do empreendimento empresarial reflete as políticas econômicas nacionais.

Na Suécia foi seguido o padrão de desenvolvimento da contabilidade baseado na macroeconomia.

Para o padrão de microeconomia, a contabilidade desenvolve-se baseada nos princípios de microeconomia de um país, tomando-se como fonte de referência:

- as empresas individuais são o foco das atividades empresariais;
- a meta principal é a sobrevivência das empresas.

A contabilidade dos Países Baixos é o melhor exemplo de aproximação do padrão de microeconomia.

Para CHOI, FROST & MEEK (1999: 35):

“...julgamentos e estimativas são uma parte integrante do negócio, sendo necessário o entendimento do complexo mundo econômico e das incertezas sempre presentes. O único modo próspero de desenvolvimento é a maneira como a empresa lida com a intuição, tentativa e o erro, em função das freqüentes mudanças no ambiente empresarial, sendo uma produção do próprio negócio os conceitos e experiências de sua prática. Caso o negócio seja interessante e servido por uma contabilidade eficiente e eficaz, temos então uma contabilidade que deveria seguir parte do desenvolvimento desse negócio”.

Sendo assim, a contabilidade é vista como um serviço que deriva seus conceitos nos princípios do processo empresarial, servindo não como uma disciplina como a economia, mas sendo uma disciplina independente na qual desenvolvem-se peças para julgamentos com base em tentativas e erros.

Os Estados Unidos são um exemplo onde a contabilidade desenvolveu-se como uma disciplina independente.

É justamente com base nessa linha de desenvolvimento contábil que as práticas contábeis das corporações transnacionais influenciam o processo de desenvolvimento da contabilidade mundial.

Por debaixo do conceito de contabilidade uniforme, o desenvolvimento da contabilidade de um país é explicado pelo fato da contabilidade ser unificada pelo governo central, como uma ferramenta para controle administrativo. A uniformidade na contabilidade em termos de normas de *disclosure* e apresentação, torna mais fácil o controle, por parte do governo, das informações dos negócios empresariais por setor da economia, além de facilitar

o controle e fiscalização de tributos. A aproximação uniforme é mais visualizada nos países onde o governo é mais envolvido com o plano econômico, onde a contabilidade é utilizada para avaliação de desempenho, alocação de recursos, tratamento de tributos, controle de preços, etc.

A França com seu plano uniforme nacional de contas, é o país que a maioria identificou com a aproximação de contabilidade uniforme.

Assim sendo, temos a seguir, uma tabela que nos mostra as 25 maiores companhias por capitalização de mercado, em bilhões de dólares norte-americanos, evidenciando seus países e a empresa responsável pela auditoria, no ano de 1998.

Tabela 2.

As 25 Maiores Companhias do Mundo por Capitalização de Mercado – Em Bilhões de Dólares Norte-Americanos – 1998.

Raking	Companhia	País	Capitalização de Mercado	Empresa de Auditoria
1	Microsoft	Estados Unidos	272,854	Delloite
2	General Electric	Estados Unidos	258,871	KPMG
3	Exxon	Estados Unidos	122,213	Price
4	Royal Dutch Shell	Reino Unido	164,157	KPMG/Price
5	Merck	Estados Unidos	154,752	AA
6	Pfizer	Estados Unidos	148,074	KPMG
7	Intel	Estados Unidos	144,060	Ernest Young
8	Coca Cola	Estados Unidos	142,164	Ernest Young
9	WalMart Stores	Estados Unidos	123,062	Ernest Young
10	IBM	Estados Unidos	121,184	Price
11	NTT	Japão	117,652	Price
12	Phillip Morris	Estados Unidos	112,437	Price
13	Novartis	Suíça	108,475	Price
14	Johnson & Johnson	Estados Unidos	105,242	Price
15	Glaxo Wellcome	Reino Unido	105,191	Price
16	Bristol Myers Squibb	Estados Unidos	103,325	Price
17	AT&T	Estados Unidos	102,480	Price
18	Roche	Suíça	102,007	Price
19	Cisco Systems	Estados Unidos	96,587	Price
20	Procter & Gamble	Estados Unidos	95,127	Delloite
21	Lucent Technologies	Estados Unidos	90,985	Price
22	British Petroleum	Reino Unido	88,618	Ernest Young
23	Eli Lilly	Estados Unidos	86,247	Ernest Young
24	MCI Worldcom	Estados Unidos	86,214	AA
25	British Telecom	Reino Unido	86,134	Price

Fonte: Web Site do International Accounting Standards Committee – IASC ([www.iasc.org.uk/frame/cen1\\_9.htm](http://www.iasc.org.uk/frame/cen1_9.htm)). Contabilidade Internacional – Março de 1999, suplementado.

Percebemos que 18, das 25 maiores companhias do mundo por capitalização de mercado são dos Estados Unidos, mostrando a força do mercado norte-americano.

### 3.3 AS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE

No mundo atual existem duas organizações internacionais que se ocupam no desenvolvimento e harmonização de normas e procedimentos contábeis, sendo elas a *International Accounting Standards Committee – IASC* (Comitê de Padrões de Contabilidade Internacional) e a *International Federation of Accountants – IFAC* (Federação internacional de Contabilistas).

As estruturas do IASC e do IFAC foram concebidas no Congresso Mundial de Contadores realizado em Sidney, em 1972, sendo que o IASC entrou em atividade em 1973, tendo Londres como sede. A criação do IFAC somente foi concretizada cinco anos depois no Congresso Mundial de Contabilidade em Munique, tendo uma secretaria permanente em Nova Iorque.

O IASC e o IFAC são duas organizações separadas, apesar de possuírem os mesmos membros, verificou-se logo no início a necessidade de haver um maior entrosamento com objetivo de harmonizar o exercício da profissão contábil através da fixação de normas e procedimentos uniformes.

Cabe ressaltar que o IASC tem como objetivo formular e divulgar, no interesse público, normas evoluídas e uniformes para a elaboração das demonstrações contábeis, e torná-las aceitáveis em nível internacional, enquanto o IFAC tem como objetivo o desenvolvimento e uniformização da profissão em todas as modalidades de sua atuação, sendo

uma de suas principais tarefas o desenvolvimento e harmonização de normas e procedimentos de auditoria e regras aplicáveis ao exercício dessa atividade.

O IASC usa métodos variados para fazer com que seus pronunciamentos tenham plena aceitação, dentre eles podemos destacar:

- Recomendação expressa aos países que adotam poucos princípios contábeis que passem a basear-se nos adotados pelo IASC e;
- A aceitação de métodos contábeis alternativos.

Esses métodos adotados pelo IASC para conseguir angariar mais adeptos podem fragilizar a harmonização das normas contábeis, pois segundo Castro Neto<sup>2[2]</sup>, a medida em que abre um leque de alternativas possíveis de adoção de princípios contábeis diferentes, igualmente aceitáveis, torna-se inviável a comparabilidade das demonstrações.

É importante ressaltar que além do IASC existem outros grupos que estão envolvidos no processo de fixação de normas contábeis, como o: *Financial Accounting Standards Board - FASB*, o *International Organization of Securities Commissions - IOSCO* e a *SEC - Securities and Exchange Commission*.

O IOSCO (*International Organization of Securities Commissions and Similar Organizations*) é a organização sucedânea da *Interamerican Conference of Securities Agencies*, criada pela SEC norte-americana, em 1985, e representa as Comissões de Valores Mobiliários de todo o mundo (como é o caso da SEC americana, por exemplo, e a CVM brasileira).

---

<sup>2[2]</sup> Castro Neto, José Luís de: "Contribuição ao Estudo da Prática Harmonizada da Contabilidade na União Européia", FEA/USP, São Paulo, 1998.

No Brasil, o Conselho Federal de Contabilidade - CFC e o Instituto Brasileiro de Contadores – IBRACON são ambos membros da IFAC e do IASC.

### 3.3.1 ORGANISMOS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE

#### 3.3.1.1 Financial Accounting Standards Board – FASB

Nos Estados Unidos, o setor privado da economia emite pronunciamentos contábeis, através do Financial Accounting Standards Board – FASB (Comitê de Normas de Contabilidade Financeira), que foi criado em 1973, após a conscientização de diferentes líderes da profissão contábil de que era preciso criar um novo organismo imune à interferência governamental. O FASB surgiu para substituir o Accounting Principles Board – APB (Comitê de Princípios Contábeis), sob a sanção do American Institute of Certified Public Accountants – AICPA (Instituto Americano de Contadores Públicos Certificados).

A missão do FASB é:

- Estabelecer e aperfeiçoar os padrões contábeis, servindo como guia e educador para todo o público, incluindo os legisladores da matéria contábil, auditores e os usuários da informação contábil.

O FASB emite quatro tipos de pronunciamentos:

1. Standards and Interpretations (Padrões e Interpretações);
2. Financial Accounting Concepts (Statements of Financial Accounting Concepts) – Conceitos de Contabilidade Financeira (Conceitos de Demonstrações de Contabilidade Financeira);
3. Technical Bulletins (Boletins Técnicos);
4. Emerging Issues Task Force Statements (Declarações para assuntos emergentes).

Até 30 de setembro de 2000, o FASB havia emitido 140 pronunciamentos sobre a matéria contábil, onde são conhecidos como Statements of Financial Accounting Standards – SFAS (Pronunciamentos sobre Normas de Contabilidade Financeira).

### 3.3.1.2 International Accounting Standards Committee – IASC

O International Accounting Standards Committee – IASC (Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade) é uma organização privada, que foi criada em 1973, por um acordo realizado entre entidades profissionais da Austrália, Canadá, França, Alemanha, Japão, México, Holanda, Reino Unido, Irlanda e Estados Unidos. Sediado em Londres, o IASC, é o órgão normatizador dominante da Contabilidade Internacional, desempenhando um papel de fundamental importância no processo de harmonização internacional da contabilidade.

Os objetivos do IASC são:

- Trabalhar em geral pela melhoria e harmonização das regulamentações, normas contábeis e procedimentos referentes às demonstrações contábeis;
- Formular e publicar no interesse público normas contábeis a serem cumpridas na apresentação das demonstrações contábeis e promover mundialmente sua aceitação e cumprimento.

O IASC emite normas internacionais de contabilidade, mais conhecidas como International Accounting Standards – IAS (Normas Internacionais de Contabilidade – NIC's). Já foram emitidas 41 NIC's, até 31 de dezembro de 2000.

### 3.3.1.3 International Federation of Accountants - IFAC

A International Federation of Accountants – IFAC (Federação Internacional de Contadores, é um órgão privado que foi criado em 1977 e representa a Classe dos Contadores em todo mundo. A IFAC regula a profissão contábil e também emite normas internacionais de auditoria, mais conhecidas como International Auditing Standards – IAS (Normas Internacionais de Auditoria – NIA's).

A IFAC tem como missão, segundo seu Estatuto de Constituição:

- O desenvolvimento e aperfeiçoamento de uma profissão contábil capaz de prestar serviços de qualidade consistentemente alta, no interesse público.

Várias NIA's já foram emitidas pela IFAC para tratar de assuntos como:

- Responsabilidades; Planejamento; Controle Interno; Evidência de Auditoria; Uso do Trabalho de Terceiros; Conclusões e Parecer de Auditoria; Áreas Especializadas; Serviços Correlatos; Pronunciamentos Internacionais de Práticas de Auditoria; e Código de Ética para Contadores Profissionais.

### 3.3.1.4 Union European - EU

A Union European – EU (União Européia) foi criada como um bloco econômico datado inicialmente do Tratado de Paris, em 1951, que criou a European Coal and Steel Community – ECSC (Comunidade Européia do Carvão e Aço).

A contabilidade regida nos países membros da União Européia é regulada pelas diretivas que são responsáveis pela normatização contábil, com o intuito de tornar as informações constantes das demonstrações contábeis mais harmonizadas e com um grau maior de comparabilidade.

Segundo CASTRO NETO, (1998: 5):

“As Diretivas publicadas estão sendo gradualmente incorporadas ao dispositivo legal próprio de cada estado-membro da União Européia, tornando as demonstrações contábeis mais harmônicas e comparáveis”.

Em 1991, ainda de acordo com CASTRO NETO (1998: 68), os países da União Européia conseguiram implementar as 4ª e 7ª Diretivas, sendo esses os documentos primordiais da harmonização contábil naquele bloco econômico. As 4ª e 7ª Diretivas tratam da apresentação e consolidação das demonstrações contábeis, respectivamente.

#### 3.3.1.5 Intergovernmental Working Group of Experts on International Standards of Accounting and Reporting - ISAR

Em 1982, foi criado pelo Comissariado das Nações Unidas, o Intergovernmental Working Group of Experts on International Standards of Accounting and Reporting – ISAR (Grupo de Trabalho Intergovernamental de Peritos em Padrões Internacionais de Contabilidade), com o objetivo de estudar o impacto das grandes corporações multinacionais sobre o desenvolvimento das relações internacionais. Desde sua criação o ISAR tornou-se uma entidade significativa na discussão dos padrões internacionais de contabilidade.

### 3.4 ANÁLISE SOBRE OS ORGANISMOS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE

O projeto de normas contábeis internacionais comuns desenvolvido pelo International Accounting Standards Committee – IASC (Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade), órgão dominante da contabilidade internacional no mundo, e que

recentemente sofreu alterações em sua estrutura, passando a ser chamado de International Accounting Standards Board – IASB (Junta de Normas Internacionais de Contabilidade), vem sofrendo resistências dos Estados Unidos, que possuem um dos maiores mercados de capitais do planeta. Os Estados Unidos preferem que os outros países se adaptem diretamente ao seu sistema contábil.

A Financial Accounting Standards Board - FASB (Junta de Normas de Contabilidade Financeira), dos Estados Unidos, publicou em relatório chamado “A Vision for the Future”, ou seja, “Uma Visão para o Futuro”, sua posição diante do processo de harmonização internacional da contabilidade comandado pelo IASC. Esse relatório ainda relata os aspectos da evolução de uma sociedade global e suas implicações.

A FASB (2000: 5) declara que:

“É crescentemente difícil de pensar em negócios que permaneçam intactos por algum nível de influência internacional. A tecnologia e o desejo para atender as demandas de mercados domésticos, levam grupos internacionais formais e informais a transcender transações com demandas para cooperação efetiva, para foros de representação nacional, introduzindo assuntos internacionais, para eficiência de atividades globais, pela troca de idéias na resolução de conflitos”.

A idéia é que as organizações existentes, se nacional ou internacional, são desafiadas para avaliar a relevância de seus objetivos, estruturas e processos de forma continuada no contexto do sistema internacional do futuro. Essas que não o fazem arriscam-se a tornarem-se obsoletas em uma sociedade global.

As informações financeiras e as normas contábeis não são imunes aos tempos variáveis. Nós estamos começando a ver o aparecimento de uma contabilidade verdadeiramente inserida em um sistema internacional, o aparecimento de organizações de

nível internacional e atividades de cooperação entre organizações nacionais nas áreas de elaboração e publicação de normas de contabilidade, preparação de demonstrações contábeis e exame de regulamentos para lidar efetivamente com a fusão de assuntos nacionais com assuntos internacionais.

Atualmente, a Contabilidade norte-americana fixa normas contábeis que refletem as dimensões crescentemente internacionais do papel da FASB como uma líder global em colocação de normas contábeis. Essa afirmação foi relatada pela própria FASB em seu relatório.

Reconhecendo sua necessidade a ser envolvida ativamente na evolução do sistema de contabilidade internacional e seu potencial para prover liderança conhecendo o mercado, a FASB e a Foundation of Accounting Financial – FAF (Fundação de Contabilidade Financeira), exigem para normas internacionais de contabilidade um grau de alta qualidade e juntas expressam o apoio pelo conteúdo do relatório publicado.

Durante muitos meses de discussões em política estratégica internacional, a FASB e a FAF chegaram a um acordo geral em vários pontos fundamentais que estão elencados no relatório, incluindo o seguinte:

- A FASB tem um papel de liderança a desempenhar na evolução do sistema de contabilidade internacional e é guiada pela crença que, idealmente, o resultado final seria o uso de um único “corpo” de princípios contábeis de alta qualidade, tanto para os relatórios domésticos quanto para os transnacionais;
- Até que este ideal seja alcançado, o objetivo da FASB em participar do processo de definição de normas internacionais de contabilidade é incrementar a comparabilidade, ao mesmo tempo que mantém a alta qualidade dos princípios de contabilidade ora vigentes nos Estados Unidos;

- A FASB acredita que o estabelecimento de uma estrutura de definição de princípios contábeis internacionais de qualidade é essencial para o sucesso e desenvolvimento a longo prazo de princípios contábeis internacionais;
- A FASB reconhece que, se uma estrutura de definição de princípios internacionais de qualidade emerge, o compromisso da FASB em participar de forma significativa nas operações daquele organismo pode redundar em mudanças de estrutura e procedimentos da FASB, bem como, em potenciais mudanças em seu papel nacional;
- A FASB definiu funções e características necessárias a um órgão definidor de princípios contábeis internacionais e reconhece que algumas delas não estão presentes na atual estrutura do IASC, apesar de reconhecer que os objetivos e visões deste órgão sejam consistentes. Portanto, a FASB não pode antever se a estrutura de reorganização proposta pelo IASC atenderá aos objetivos de um órgão definidor de princípios contábeis internacionais, de acordo com sua concepção. Desta forma, a FASB contempla a possibilidade de reorganizar-se para se tornar este órgão definidor de princípios internacionais ou que surja uma estrutura alternativa que atenda os objetivos fundamentais da FASB;
- A missão da FASB é estabelecer e aprimorar princípios contábeis e de evidenciação para orientação e educação do público, incluindo os divulgadores, auditores e usuários da informação contábil. Na execução desta missão, a FASB cria padrões contábeis que promovem transparência com o objetivo de prover os usuários das demonstrações contábeis – principalmente investidores e credores – com a melhor informação contábil possível para tomada de decisões econômicas.

Quanto a participação da FASB num futuro sistema de estabelecimento de normas internacionais de contabilidade, o relatório ainda contempla o que segue:

- A FASB deveria deter um papel de liderança mundial no estabelecimento de princípios;
- A FASB deveria fazer o máximo possível para participar no desenvolvimento de princípios reconhecidos internacionalmente para assegurar que eles sejam de alta qualidade;
- A aceitação global de normas reconhecidas internacionalmente e um processo de estabelecimento de princípios torna-se difícil sem a aceitação e participação dos Estados Unidos. Como o maior mercado de capitais, os Estados Unidos são o alvo primário no movimento por normas reconhecidas internacionalmente;
- Normas internacionais são desejáveis porque seu uso aprimoraria a comparabilidade internacional, reduziria custos aos usuários, divulgadores, auditores, etc...das demonstrações contábeis e, em última análise, otimizaria a eficiência do mercado de capitais.

Observamos que, pelo relatório publicado, a FASB está disposta a ingressar no processo futuro de harmonização internacional da contabilidade, para tanto, a FASB acredita que deve ser o organismo coordenador da estrutura, processo e fixação das normas internacionais de contabilidade, tendo em vista, a qualidade e a rigorosidade apresentada em seu conjunto de normas. É o que acha Alfred Popken apud TROMBLY (2000: 119), Diretor do Grupo de Mercados de Capital Global da Price Waterhouse Coopers, quando ele afirma que:

“Os Estados Unidos possuem os princípios de contabilidade mais restritos do planeta, e, é improvável que a SEC – Securities and Exchange Commission - endosse os IAS's até que este conjunto de princípios se torne tão rigoroso e abrangente quanto os US GAAP.”

Uma das sérias restrições que a FASB faz às normas contábeis propostas pelo IASC, é que estas permitem tratamentos alternativos, prejudicando a comparabilidade entre demonstrações contábeis elaboradas sob os mesmos conjuntos de normas.

Já para a SEC, a aceitação dos princípios internacionais passa pela avaliação do impacto que as mudanças produziriam na formação de capital e na proteção dos investidores. A SEC, por HANKS (2000: 17), estabeleceu a seguinte condição antes de aceitar as normas internacionais em substituição às norte-americanas:

“As normas tem que constituir uma base compreensiva da contabilidade. Serem de alta qualidade, isto é, resultar em transparência e comparabilidade. Que ofereçam evidenciação completa e sejam realmente passíveis de ser rigorosamente interpretadas e aplicadas”.

### 3.5 A ELABORAÇÃO E FIXAÇÃO DE NORMAS INTERNACIONAIS

Todo conhecimento científico, para ser considerado como tal, precisa subordinar-se a determinados princípios, regras ou normas, rotulados, segundo diferentes doutrinadores ou estudiosos, como *princípios*, *postulados*, *preceitos*, *normas*, *conceitos*, *regras* ou *práticas*, que regem o estudo teórico e a aplicação prática de cada ramo do conhecimento humano. A *identificação* de tais princípios, ou a *fixação* de regras, é imprescindível, especialmente no caso das ciências aplicadas, como a Contabilidade. Doutrinadores e profissionais, que estudem ou apliquem princípios ou normas, devem fazê-lo de maneira uniforme, obedecendo a uma mesma orientação, para que sua aplicação não fique a critério de cada um, de forma subjetiva. Sem esses *princípios* e essas *normas*, um conjunto de conhecimentos deixará de ser científico, uma vez que as mesmas causas poderão não exibir efeitos idênticos, em duas ou mais situações iguais, tratadas de formas diversas.

As Normas Internacionais de Contabilidade devem ser utilizadas como uma referência internacional pelos organismos normatizadores nacionais e regionais, bolsas de valores e companhias.

Nos grupos que se envolvem no processo de elaboração e fixação de normas contábil está o: *IASC, SEC-Securities and Exchange Commission* (equivalente à nossa CVM), Comissão Européia, Congresso dos Estados Unidos e Organização Mundial para o Comércio.

A elaboração de cada Norma Internacional de Contabilidade inclui<sup>3[4]</sup>:

- A identificação e revisão de todas as questões contábeis ligadas ao tópico;
- O estudo das exigências e práticas contábeis regionais e nacionais, e outros subsídios pertinentes ao tópico;
- Uma revisão detalhada, feita pelo Comitê-Piloto (*Steering Committee*), das questões, exigências e práticas contábeis nacionais e regionais, e outros materiais pertinentes;
- Uma revisão detalhada, feita pelo Conselho Diretor (*Board*), das recomendações do Comitê-Piloto;
- Consulta ao Conselho Consultivo (*Consultative Group*), organismos profissionais membros do IASC, órgãos normatizadores e outros grupos e pessoas interessados, em âmbito mundial;
- Exposição pública da minuta da Norma Internacional de Contabilidade;

---

<sup>3[4]</sup> IBRACON – Instituto Brasileiro de Contadores – *Princípios Contábeis – Pronunciamentos do IBRACON, IFAC, IASC – 2ª Edição* - Editora Atlas – São Paulo, 1992.

- Cuidadosa avaliação pelo Comitê-Piloto e Conselho Diretor dos comentários recebidos com respeito às Minutas para Discussão (*Exposure Drafts*).

Os procedimentos para a elaboração de uma Norma Internacional de Contabilidade são os seguintes:

- O Comitê-Piloto estuda as questões envolvidas e elabora um esboço dos pontos (*Point Outline*);
- Depois de receber os comentários do Conselho Diretor sobre o esboço dos pontos, o Comitê prepara uma minuta da Declaração de Princípios (*Statement of Principles*). O propósito desta Declaração é estabelecer os princípios contábeis respectivos que servirão de base para a preparação da Minuta para Discussão. Também, descreve soluções alternativas consideradas e as razões para recomendar a sua aceitação ou rejeição;
- A minuta da Declaração de Princípios é revisada pelo Conselho Diretor e após a revisão, é circulada aos organismos profissional membro do IASC, membros do Conselho Consultivo e outras organizações interessadas para obter seus comentários;
- O Comitê-Piloto revisa os comentários sobre a minuta da Declaração de Princípios e elabora uma Declaração de Princípios final. Com base neste documento, o Comitê-Piloto prepara uma Minuta para Discussão de uma Norma Internacional de Contabilidade;
- O Conselho Diretor revisa a Declaração de Princípios final e a Minuta para Discussão. Depois da revisão e com a aprovação de pelo menos dois terços do Conselho Diretor, publica-se a Minuta para Discussão. Solicitam-se comentários a

todas as partes interessadas, durante o período de exposição pública, que usualmente é de seis meses;

- O Comitê-Piloto revisa os comentários e prepara uma minuta da Norma Internacional de Contabilidade;

- O Conselho Diretor revisa a minuta da norma Internacional de Contabilidade. Depois da revisão e com a aprovação de pelo menos três quartos do Conselho Diretor, a Norma é publicada.

A Organização Internacional das Comissões de Valores Mobiliários (IOSCO) trabalha em conjunto com o IASC para o estabelecimento de Normas Internacionais de Contabilidade mutuamente aceitáveis, as quais sejam utilizadas nas ofertas multinacionais de títulos e outras ofertas internacionais.

A *SEC - Securities and Exchange Commission*, embora seja membro do IOSCO, indicou que tomaria suas próprias decisões, com relação ao mercado de capitais dos Estados Unidos. O Congresso dos estados Unidos envolveu-se no assunto, aprovando lei exigindo que a *SEC* entre em um acordo apoiando o estabelecimento de Normas Contábeis Internacionais de alta qualidade. O principal mercado de capitais do mundo é o dos Estados Unidos, sendo esse pouco receptivo a adesão às Normas Internacionais de Contabilidade, preferindo adotar as normas contábeis americanas (*US GAAP*), e em recente estudo realizado entre as normas emitidas pelo Financial Accounting Standards Board - FASB (Comitê de Normas de Contabilidade Financeira – EUA) e o IASC, identificou-se 255 discrepâncias.

Os Estados Unidos é um dos mais importantes mercados do mundo, as normas americanas também são importantes, e somente um trabalho muito forte junto aos organismos que regulam o mercado de capitais (IOSCO), uma pressão sobre o FASB, organismo que tem

assento no IASC, e as próprias pressões políticas, como a do Congresso dos Estados Unidos, resultarão numa possível harmonização das normas.

### 3.6 FATORES CHAVES NA HARMONIZAÇÃO DE NORMAS CONTÁBEIS

A rápida globalização do comércio e dos mercados de capital tem evidenciado a necessidade de harmonização das normas contábeis. Um efeito macroeconômico na Ásia ou na Argentina sacode o mundo, pois as distâncias foram reduzidas a tal ponto, que poucos minutos são suficientes para gerar efeitos relevantes em mercados que ficam em dois extremos no mundo.

A harmonização das normas contábeis é uma preocupação constante nas reuniões das entidades internacionais que lidam com normas contábeis, onde se procura refletir sobre as vantagens e desvantagens, a pressão exercida pelos usuários da contabilidade, a influência da crescente globalização da economia e os obstáculos à adoção da harmonização.

A harmonização das normas contábeis é um movimento que surge como forma de maximizar a utilidade da informação contábil.

Segundo Carvalho<sup>4[5]</sup>

“a contabilidade é a linguagem universal dos negócios e para que os relatórios contábeis sejam entendidos em qualquer dimensão cultural e geográfica precisam atender a quatro requisitos fundamentais:

Primeiro: precisam estar expressos em moedas que façam sentido aos usuários, e ninguém nega o fato de que tais moedas são as de algumas das economias desenvolvidas, particularmente o dólar dos Estados Unidos;

---

<sup>4[5]</sup> CARVALHO, Nelson L. *Harmonização Contábil e de Auditoria: Uma Visão das Economias Emergentes*. Revista Brasileira de Contabilidade, n. 118, p. 8-13, jul/ago /1999.

Segundo: precisam estar expressas em um idioma que seja familiar aos usuários das demonstrações, e por mais que nossos amigos franceses se aborream com isso, é indiscutível que o idioma inglês tem esse caráter de universalidade mais do que qualquer outro;

Terceiro: precisam ser preparadas consoante um conjunto de normas e procedimentos que permitam comparações com empresas congêneres, bem como mediante técnicas de análise, tais como Retorno sobre Investimento, Retorno sobre Ativos, Lucro por Ação, e projeções de fluxos de caixa futuros;

Quarto: precisam ser examinadas por profissionais independentes, mediante um conjunto único de parâmetros de aferição de sua adesão às normas, regras e procedimentos que permitam a comparação desejada.”

O relatório contábil não é concebido para ser “maquiado” ou transmitir falsas informações, por isso surgiu na década de 40 um conceito de origem aglo-saxã, o *True and fair view*, ou “Visão Justa e Verdadeira” que está sendo incorporado às demonstrações contábeis das empresas multinacionais e influenciando automaticamente a harmonização das normas contábeis. O balanço e a demonstração de resultado, de acordo com o *True e fair view* devem espelhar uma visão justa e verdadeira dos negócios da empresa e os órgãos internacionais que emitem normas contábeis preocupam-se com a visão justa e verdadeira das contas das empresas que operam além de suas fronteiras.

Cabe ressaltar que os usuários da informação contábil precisam estar seguros de que as demonstrações de diferentes países sejam confiáveis e comparáveis, ou que, pelo menos, sejam claras sobre a natureza e magnitude das diferenças, e as empresas multinacionais seriam beneficiadas se as demonstrações nos diversos países fossem feitas numa mesma base, podendo comparar o desempenho de subsidiárias em diferentes países.

### 3.7 HARMONIZAÇÃO DE NORMAS CONTÁBEIS NO MERCADO EUROPEU

A União Européia compreende hoje 15 estados–membros, países muito orgulhosos de suas origens e histórias, especialmente no campo da contabilidade.

A cronologia dos acontecimentos que culminaram com o Tratado de Maastricht, em 1991, que estabeleceu planos e datas para a implantação da União Monetária Europeia (EMU) foi assim resumida por Currie <sup>5[2]</sup>:

- 1958: criação da Comunidade Económica Europeia por seis estados-membros: Alemanha Ocidental, Bélgica, França, Holanda, Itália e Luxemburgo;
- 1960 (década): os países do Reino Unido postulam entrar para a União Europeia e são rejeitados;
- 1962: a Comissão Europeia propõe, pela primeira vez, a criação da moeda única;
- 1970: divulgação do Plano Werner para uma União Monetária Europeia;
- 1972: instituição do *ecu* com funções de regular a taxa de câmbio, logo após o colapso do sistema monetário de paridades fixas de Bretton Woods;
- 1973: Dinamarca, Irlanda e os países do Reino Unido entram para a União Europeia;
- 1979: fundado o sistema monetário europeu, incluindo o mecanismo de câmbio (ERM);
- 1981: a Grécia foi admitida na União Europeia;
- 1986: o *Single European Act* lança as bases de um mercado único e Portugal e Espanha são admitidos na União;

---

<sup>5[2]</sup> Currie, David: *The pros and cons of MEU, Research and Report*, The Economist Intelligent Unit: United Kingdom, 1997.

- 1991: O Tratado de Maastricht é assinado, levando ao estabelecimento da União Européia e são lançados planos para a implantação da Unidade Monetária e Econômica (MEU);
- 1994: fundado o Instituto Monetário Europeu (EMI);
- 1995: Áustria, Finlândia e Suécia admitidos na União.

Está prevista para o ano de 2001 a troca de dinheiro de 12 países da União Européia por moedas e cédulas de euro, sendo que a moeda única sob forma eletrônica já existe desde 1999.

Apesar do adiantado processo de União entre os países da Europa, torna-se cada vez mais claro que os participantes globais europeus, que estão buscando capital nos mercados internacionais, são por estes solicitados a fornecer mais e, algumas vezes, diferentes informações, principalmente as companhias que querem obter registro na Bolsa de Nova York.

Em 1995, a Comissão Européia publicou seu *Policy Document*, aconselhando os estados-membros a recomendar às grandes companhias que preparassem suas demonstrações contábeis consolidadas conforme as normas contábeis internacionais. Resolveu-se que, para evitar que as grandes estrelas da economia européia tivessem de preparar dois jogos de demonstrações contábeis, era preferível que elas aplicassem normas efetivamente internacionais. Atualmente, sete dos 15 (quinze) países-membros da União Européia permitem que as companhias integrantes das listagens preparem suas demonstrações contábeis consolidadas com base tanto nas normas contábeis internacionais como nos *US GAAP*.

A Europa optou por uma abordagem internacional. A moeda única deverá ser uma força motriz para obter melhor coordenação em nível europeu. A falta de imposição das normas contábeis internacionais na Europa é devida à inexistência de reconhecimento oficial, o que dificulta sua vigência compulsória. A obrigatoriedade deve ser imposta pelas autoridades contábeis nacionais, não podendo ser deixada a cargo do *IASC*. As pequenas e médias empresas têm um ambiente diferente, não sendo possível impor-lhes as mesmas normas adotadas pelas grandes empresas.

A harmonização nos países europeus deve garantir níveis equivalentes de competição e promover negócios além de suas fronteiras, objetivos mais amplos como proteção aos interesses dos credores e necessidades de informação dos empregados e de terceiros. A União Européia está enfrentando um momento complicado na área da contabilidade. A criação de um verdadeiro mercado comum esbarra na falta de homogeneidade das normas contábeis. O processo de fusão das Bolsas de Valores da Europa deve ser visto como mais um passo rumo à consolidação dos mercados europeus de capitais e, nesse sentido, as demonstrações contábeis são um problema que deve ser resolvido. Na bolsa de Paris é possível encontrar companhias que usem normas contábeis francesas, internacionais ou até mesmo norte-americanas, onde descobrir a base para a comparabilidade se tornou um problema, especialmente porque as companhias passaram a publicar suas demonstrações financeiras na moeda única que é o euro.

Os estados-membros estão examinando a possibilidade de exigir que todas as empresas listadas na Europa preparem suas demonstrações contábeis conforme as normas contábeis internacionais, entretanto, isso só será possível se for criado um plano europeu de mecanismo de introdução das normas contábeis internacionais no ambiente jurídico europeu.

As causas prováveis da prática contábil diferenciada dos diferentes estados-membros da União Européia são<sup>6[6]</sup>:

- a formação histórica de cada país;
- a influência cultural recebida;
- o nível de controle governamental;
- a estrutura da propriedade empresarial e forma de levantamento de capitais;
- a peculiaridade dos princípios contábeis, dentre outras.

O momento atual vivido pela União Européia é adequado para se pensar em uma estrutura que possa contribuir para um desenvolvimento futuro dos mercados financeiros na Europa. Tais desenvolvimentos não apenas requerem padrões contábeis acordados, mas também uma supervisão adequada.

Segundo HULLE<sup>7[7]</sup>

“a harmonização contábil é um assunto importante e para o Mercado Único não pode haver dúvidas de que tudo deve ser feito para baixar os custos de capital, aumentar investimentos e reduzir o desemprego. Se a harmonização pode contribuir para esses objetivos, facilitando o acesso das companhias européias ao mercado de capital, há muito a dizer em favor de tal harmonização”.

A União Européia quer normas globais no melhor interesse das empresas e dos mercados de capitais. As normas que o IASC adotou praticamente não apresentam problemas e já é grande a possibilidade de que a Europa utilize-as como fundamento para as demonstrações contábeis de todas as empresas listadas na União Européia.

---

<sup>6[6]</sup> Castro Neto, José Luís de. *Contribuição ao Estudo da Prática Harmonizada da Contabilidade na União Européia*. São Paulo: FEA/USP, 1998.

<sup>7[7]</sup> HULLE Van, Karel. *A Expansão no Estabelecimento - Estará Criando Harmonia ou Confusão? O ponto de Vista Europeu*. Revista do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul, v. 27, n.93, p. 3-6, abr. /jun. /1998.

### 3.8 A HARMONIZAÇÃO DAS NORMAS CONTÁBEIS NO MERCOCUL

O Mercado Comum do Sul (Mercosul) entrou em vigor no dia 1º de janeiro de 1995, como uma zona de livre comércio e uma união aduaneira entre Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, torna realidade a concretização de um mercado ampliado.

O Tratado de Assunção, de 26 de março de 1991, é o principal documento do Mercosul, porque em seus seis capítulos e cinco anexos estabeleceu objetivos e políticas para os quatro países constituírem um mercado comum e dentre eles destacamos:

- a livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos entre os países, através, entre outros, da eliminação dos direitos alfandegários e restrições não tarifárias à circulação de mercadorias e de qualquer outra medida de efeito equivalente;
- o estabelecimento de uma tarifa externa comum (TEC) e a adoção de uma política comercial comum em relação a terceiros Estados ou agrupamentos de Estados e a coordenação de posições em foros econômicos-comerciais regionais e internacionais;
- a coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais entre os Estados-partes de comércio exterior, agrícola, industrial, fiscal, monetária, cambial e de capitais, de serviços, alfandegária, de transporte e de comunicações adequadas de concorrência entre os Estados-partes;
- o compromisso dos Estados-partes de harmonizar suas legislações, nas áreas pertinentes, para lograr o fortalecimento do processo de integração.

## Tributação Interna

Os produtos originários do território de um Estado-parte gozarão, nos outros Estados-parte, do mesmo tratamento que se aplique ao produto nacional.

## Tarifa Externa Comum (TEC)

Tem por objetivo alterar e unificar as alíquotas do imposto de importação de produtos não originários dos Estados-partes. A TEC entrou em vigor em vigor em 1º de janeiro de 1995. A TEC é a mesma nos Estados-partes. Atualmente as tarifas oscilam entre zero e 20%.

Destacamos como principais fatores favoráveis ao processo de harmonização no Mercosul como<sup>8[8]</sup>:

- O fato de a profissão estar regulamentada, com entidades de controle fortalecidas e atuantes e com matrícula profissional obrigatória, nos dois principais e mais importantes países componentes do bloco, ou seja, a Argentina e o Brasil;
- A estreita semelhança de requisitos da formação universitária de contador entre os países;
- O estágio atual em que se encontram os países quanto ao desenvolvimento e fortalecimento de Normas Contábeis Profissionais - NCP, exceção feita ao Paraguai, que mantém um certo atraso nesse processo em relação aos demais.

A possibilidade da harmonização é bastante favorável, no entanto existem certas diferenças e obstáculos a serem superados, como a questão do profissional de nível técnico no Brasil, que possui quase as mesmas prerrogativas do contador:

---

<sup>8[8]</sup> POHLMANN, Marcelo C. *Harmonização Contábil no Mercosul: A Profissão e o Processo de Emissão de Normas - Uma Contribuição*. Caderno de Estudos da FIPECAFI, n. 12, p. 40-63, Set. /1995.

- O instituto da legalização de firmas de contadores na Argentina, prática não adotada nos demais países;
- A conciliação dos interesses de todas as entidades profissionais e não-profissionais emitentes de normas contábeis, tendo em vista que mesmo a nível interno de cada país, existem divergências entre elas.

Segundo Pohlmann<sup>9[9]</sup> devido à complexidade do processo de integração e à gama enorme de questões que devem ser enfrentadas para que a harmonização de normas contábeis seja possível no Mercosul não entrará tão cedo na pauta do dia. Porém, enquanto esse dia não chega, é recomendável que as entidades profissionais de cada país intensifiquem os esforços no sentido de eliminar ou, pelo menos, amenizar os conflitos existentes, como medida preparatória do processo de harmonização.

O Brasil vê com bons olhos a harmonização das normas contábeis mundialmente, mas para torna-se realidade é preciso que os países europeus e os Estados Unidos deixem de tarifar os produtos de exportação brasileiros. A formação de uma Área de Livre Comércio das Américas (Alca) está prejudicada em virtude das tarifas cobradas sobre os produtos brasileiros.

### 3.9 HARMONIZAÇÃO INTERNACIONAL DA CONTABILIDADE

A Harmonização Internacional da Contabilidade vem sendo muito discutida nos últimos 20 anos, embora, talvez, seja uma realidade um pouco distante, face ao conflito de interesses. Todo o processo de globalização dos mercados econômicos e dos negócios, faz

---

<sup>9[9]</sup> POHLMANN, Marcelo C. Harmonização Contábil no Mercosul: *A Profissão e o Processo de Emissão de Normas - Uma Contribuição*. Caderno de Estudos da FIPECAFI, n. 12, p. 40-63, Set. /1995.

com que haja uma necessidade de se dispor de uma única linguagem contábil no processo de comunicação em todos os países do mundo.

O caminho para uma harmonia das regulamentações contábeis ao redor do mundo só pode ser encontrado através de grandes marcos conceituais, tão como da doutrina científica, como do avanço das práticas de negócios e da aplicabilidade de normas que facilitem o processo de comunicação da contabilidade, pois, só estes e estas possuem o poder da universalidade, trazendo consigo um elenco de Princípios de Contabilidade competentes que possam ensejar em normas contábeis igualmente competentes. Com base nesse contexto, a IFAC e o IASC estão trabalhando no sentido de uniformizar os padrões contábeis, sendo estes de aplicação em todo mundo.

O projeto de padrões contábeis internacionais comuns desenvolvido pela IFAC e IASC, vem sofrendo resistências dos Estados Unidos, que possui um dos maiores mercados de capitais do planeta. Os Estados Unidos preferem que os outros países se adaptem diretamente ao sistema contábil.

O mercado de capitais dos países que adotam padrões contábeis em consonância com as reconhecidas internacionalmente, tende a estar em vantagem em relação aos demais, visto que os investidores estrangeiros necessitam de informações confiáveis que resguardem a comparabilidade da informações no processo de tomada de decisões. Por outro lado, temos a confiabilidade das demonstrações contábeis como fonte indispensável no processo de tomada de decisões, quando o resultado de uma companhia, divulgado de acordo com as normas locais, diverge daquele apurado em conformidade com as normas de outro país.

Um caso interessante que deve servir de exemplo para todo mundo foi o da companhia Daimler – Benz, da Alemanha, no balanço do primeiro semestre de 1993, onde apresentou um lucro de 168 milhões de marcos alemães, pelos padrões contábeis da Alemanha e que,

segundo os padrões norte-americanos, evidenciou uma perda líquida de 949 milhões de marcos alemães, segundo a Federação Européia de Contadores.

Casos recentes de companhias brasileiras com ações negociadas na Bolsa de Valores de Nova York, obrigadas a seguir os padrões norte-americanos, mostraram grandes diferenças nos resultados apresentados pelos padrões contábeis brasileiros, como mostra a tabela 3, apresentada logo abaixo.

Tabela 3. Diferenças entre Resultados – Resultado Líquido de 1999

Em Milhões de Reais (R\$)

Companhia	Resultado pelos Padrões Contábeis do Brasil	Resultado pelos Padrões Contábeis dos Estados Unidos
<b>Copel</b>	<b>289,00</b>	<b>-283,00</b>
<b>Gerdau</b>	<b>352,75</b>	<b>353,67</b>
<b>Telemar</b>	<b>-286,11</b>	<b>-1.087,30</b>
<b>TIM Nordeste</b>	<b>13,17</b>	<b>-16,94</b>

Fonte: *Jornal Gazeta Mercantil, 10 de julho de 2000*

A explicação para a apresentação de resultados diferentes está no fato dos padrões contábeis aplicados nos Estados Unidos serem diferentes dos padrões do Brasil, quando da elaboração das demonstrações contábeis. As diferenças são tão grandes que a Price Waterhouse Coopers, uma das maiores empresas de auditoria do planeta, recomenda aos seus clientes no Brasil que façam um trabalho de explicação dessas diferenças aos investidores.

Para NASI (1993: 99):

“Não é mais possível que uma empresa brasileira tenha de preparar demonstrações contábeis com padrões diferentes para um lançamento de ações em Londres ou Nova York, e outras, na Bolsa de Buenos Aires, daquelas que usualmente prepara para os investidores brasileiros”.

LISBOA (1995: 44), por sua vez explica que:

“Sistemas contábeis harmonizados a nível mundial podem facilitar análises comparativas de resultados financeiros de empresas nacionais e estrangeiras, e assim ajudaria os usuários externos das demonstrações financeiras a avaliar o desempenho das empresas a nível mundial”.

O que normalmente acontece é que as normas contábeis nacionais estão restritas ao contexto econômico do país, submissas à legislação, limitadas às características marcantes da estrutura societária e absolutamente comprometidas com tradições culturais.

Dentro desse contexto, FRANCO (1995: 41), sabiamente explica que:

“Essa necessidade de harmonização de normas vem sendo reconhecida, há muito tempo, não somente pela profissão contábil, mas também por homens de negócios e pela sociedade, pois somos hoje, todos, direta ou indiretamente, interessados na riqueza e nas atividades econômicas das empresas, das entidades e do país em que vivemos, assim como daqueles com os quais nos relacionamos”.

Se não levarmos em consideração harmonizações regionais, como a da União Européia, podemos mencionar várias iniciativas de harmonização em nível internacional mais amplo.

Entre as iniciativas oficiais podemos citar a do *ISAR* (Grupo de Trabalho Intergovernamental de Peritos sobre Normas Internacionais de Contabilidade e Relatório), da ONU, e a do Grupo de Trabalho da OECD (Organização Européia para o Comércio e o Desenvolvimento). Contudo, a mais importante é uma do setor privado, de iniciativa do *IASC*. Esta iniciativa ganhou importância desde que a *IOSCO* (Organização Internacional de Comissões de Valores Mobiliários) declarou-se disposta a endossar as *IAS* para fins de registro de ações em bolsas de valores.

Hoje, a maior parte do trabalho do *IASC* está baseado nos esforços de fixadores de normas de quatro países, denominados Grupo de 4 (Austrália, Canada, Reino Unido e Estado Unidos). Esses países são os que investem mais recursos e esforço na fixação de normas contábeis. Entre os quatro, os Estados Unidos ocupam uma posição muito especial. Os *US GAAP* (Princípios de Contabilidade Geralmente Aceitos) norte americanos, hoje emitidos pelo *FASB* (*Financial Accounting Standards Board*) têm influência na fixação de normas de muitos países.

Dentro da estrutura do *IASC*, somente a Europa tem contribuído, por meio da Comissão Européia, que mantém um membro observador dentro do *IASC*. Contudo, as opiniões desse membro nem sempre representam uma posição unânime de todos os países membros da União Européia. Mas não há dúvida de que a preferência da Comissão Européia em favor das *IAS* teve um impacto muito positivo nas negociações entre *IASC* e *IOSCO*, as quais objetivam facilitar os registros de ações nas principais bolsas de valores do mundo.

### 3.10 OS DESAFIOS DA HARMONIZAÇÃO INTERNACIONAL

A verdadeira harmonização internacional deve ser um processo realmente internacional. No momento, não se pode dizer que o processo do *IASC* é verdadeiramente internacional. Há dois problemas importantes. O primeiro é que nem todos os países aceitam a forma de pensar dos anglo-saxões, cujas normas contábeis atendem às considerações do mercado de capital. O segundo problema é que o procedimento seguido pelo *IASC*, para aprovar as normas, é o utilizado nos países anglo-saxões, de divulgar os rascunhos de pronunciamentos, para receber comentários. Como muitos países não estão habituados ao processo, não respondem, tornando imperfeito o processo de decisão.

Em virtude dessas dificuldades, o processo não é adequado às exigências de todas as companhias do mundo. Com os entendimentos entre *IASC* e *IOSCO*, não há problemas das companhias adequarem suas contas para poderem registrar-se em qualquer bolsa de valores do mundo. No campo da Contabilidade, não é a mesma coisa que a harmonização de normas técnicas.

### 3.11 AS RELAÇÕES ENTRE EMISSORES DE NORMAS A NÍVEL NACIONAL, REGIONAL E INTERNACIONAL

As pesquisas devem ser descentralizadas em níveis nacional e regional, e haver ação coordenada em nível internacional. O atual sistema, no qual a maior parte do trabalho tem sido preparado pelo Grupo 4, não é, contudo, um mau sistema. Mas para ser realmente internacional, é necessário haver outras iniciativas, que possam servir de base para normas a serem adotadas internacionalmente. O mundo ainda não está suficientemente harmonizado para estabelecer um pensamento contábil global, mas o *IASC* deve ser o lugar de encontro dos fixadores de normas de todo o mundo. Desde que exista harmonização regional, isto facilitaria o processo internacional de harmonização. As entidades regionais são importantes não somente na preparação das normas, mas também na imposição e fiscalização de seu uso. Elas ajudariam a resolver os problemas de incorporação de normas internacionais aos diferentes ambientes sócio-econômicos e legais.

## CONCLUSÃO

Os países que possuem um mercado de capitais eficiente e integrado, automaticamente, necessitam de informações contábeis transparentes e confiáveis, sendo que as empresas multinacionais com ações espalhadas por diversas Bolsas de Valores no mundo, só conseguirão informações transparentes e confiáveis se tiverem suas contas comparáveis de país para país.

As práticas contábeis divergentes hoje em vigor no mundo estão a inibir, dificultar ou a encarecer pelo menos determinados tipos de transações internacionais.

É importante ressaltar que as normas são necessárias ao bom exercício da profissão, como guias ou regras de conduta técnica dos profissionais, mas o ideal da profissão, e da própria sociedade como um todo, é o de que as normas sejam harmonizadas em todo o mundo, como indício de maturidade da profissão e homogeneidade da cultura internacional.

A ausência de harmonização internacional faz com que cada país tenha sua própria linha de fixação de normas, satisfazendo exigências nacionais, independentemente do que é aplicado em outros países.

A harmonização das normas é um processo necessário, em virtude da internacionalização e globalização dos negócios, trazendo como provável consequência o requerimento maciço de informações de natureza contábil, com um conteúdo claro e bem compreendido por todos os usuários.

Alguns contadores, conforme pesquisa realizada por Alhashim e Arpan<sup>10[10]</sup> são extremamente contra quaisquer esforços no sentido de harmonizar normas contábeis porque

---

<sup>10[10]</sup> ALHASHIM, Dhia D. & ARPAN, Jeffrey S. International Dimensions of Accounting. 3ªed., Boston, PWS-KENT, 1992 .

acreditam que a harmonização impede o progresso contábil ao refutar práticas contábeis bem fundamentadas, ou seja, o processo de harmonização de normas contábeis implica redução de opções de práticas contábeis apropriadas.

A harmonização não objetiva chegar a normas uniformes, mas obter equivalência e comparabilidade. Para restaurar a comparabilidade, onde diferentes soluções são permitidas, por serem consideradas equivalentes, informações adicionais precisam ser dadas em notas explicativas.

A verdadeira harmonização internacional deve ser um processo realmente internacional, mas o mundo ainda não está suficientemente harmonizado para estabelecer um pensamento contábil global. A harmonização dos Blocos Econômicos como o Mercosul, o Mercado Comum Europeu e o NAFTA facilitariam o processo de internacionalização das normas, pois eles ajudariam a resolver os problemas de incorporação das normas internacionais aos diferentes ambientes socioeconômicos e legais.

**BIBLIOGRAFIA**

ALHASHIM, Dhia D. & ARPAN, Jeffrey S. **International Dimensions of Accounting**. 3<sup>a</sup> ed., Boston, PWS-KENT, 1992.

CARVALHO, Nelson L. **Harmonização Contábil e de Auditoria: Uma Visão das Economias Emergentes**. Revista Brasileira de Contabilidade, n. 118, p. 8-13, jul-ago/1999.

CASTRO NETO, José Luís de. **Contribuição ao Estudo da Prática Harmonizada da Contabilidade na União Européia**. São Paulo: FEA/USP, 1998.

CHOI, D. S. Frederick, FROST, Carol Ann & MEEK, Gary K. **International accounting**. Third edition. U.S.A: Prentice Hall International, 1999.

CURRIE, David. **The pros and cons of MEU, Research and Report**, The Economist Intelligent Unit: United Kingdom, 1997.

DAS NEVES, Silvério. **Contabilidade Avançada e Análise das Demonstrações Financeiras**. Frase Editora: 1999.

FINANCIAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD – FASB (**Junta de Normas de Contabilidade Financeira**) – U.S.A. – 2000 – Web Site: [www.fasb.org](http://www.fasb.org)

FISCHER, Paul M. & TAYLOR, William J. **Advanced accounting**. Sixth edition. U.S.A: South – Western College Publishing, 1995.

FRANCO, Hilário. **Da importância dos princípios fundamentais de contabilidade na harmonização das normas e informações contábeis**. Revista Brasileira de Contabilidade. Brasília, n.95, p. 36-46, set-out/1995.

HANKS, Sara. **SEC to waive reconciliation requirement for foreign issuers?** In: International Financial Law Review, vol 19, May 2000.

HULLE Van, Karel. **A Expansão no Estabelecimento - Estará Criando Harmonia ou Confusão? O ponto de Vista Europeu.** Revista do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul, v. 27, n.93, p. 3-6, abr-jun/1998.

IBRACON – Instituto Brasileiro de Contadores – **Princípios Contábeis – Pronunciamentos do IBRACON, IFAC, IASC – 2ª Edição** - São Paulo: Editora Atlas, 1992.

INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS COMMITTEE – IASC & INSTITUTO BRASILEIRO DE CONTADORES – IBRACON. **Normas internacionais de contabilidade 1997.** São Paulo: IBRACON, 1998.

INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS COMMITTEE – IASC **Web Site: [www.iasc.org.uk/frame/cen1\\_9.htm](http://www.iasc.org.uk/frame/cen1_9.htm)** , Contabilidade Internacional – Março de 1999, suplementado.

INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS COMMITTEE - IASC (Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade) – U.K.. – 2001 – **Web Site: [www.iasc.org.uk](http://www.iasc.org.uk) - [www.iasc.org.uk/frame/cen2\\_1.htm](http://www.iasc.org.uk/frame/cen2_1.htm)** e **Normas internacionais de contabilidade, 1997** (IASC & IBRACON).

INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS COMMITTEE - IASC (Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade) – U.K.. – 2001 – **Web Site: [www.iasc.org.uk](http://www.iasc.org.uk) - [www.iasc.org.uk/frame/cen1\\_12a.htm](http://www.iasc.org.uk/frame/cen1_12a.htm)**

IUDICIBUS, Sérgio de. **Análise de Balanços – 7ª Edição.** Atlas: 1998.

JENSEN, Daniel L. **Advanced Accounting – Third Edition.** McGraw-Hill Inc., 1994.

KELLER, Vicente. **Aprendendo a Aprender – Introdução à Metodologia Científica.** 8ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1996.

LISBOA, Nahor Plácido. **Uma contribuição ao estudo da harmonização de normas contábeis.** Dissertação de Mestrado apresentada à FEA/USP. 1995.

- MAGALHÃES, Luzia Eliana Reis, ORQUIZA, Liliam Maria. **Metodologia do Trabalho Científico**. Curitiba: FESP, 2002.
- MARION, José Carlos. **Contabilidade Comercial**. São Paulo: Atlas, 2000.
- MUELLER, Gerhard G. **International accounting**. New York: Macmillan, 1967.
- NASI, Antonio Carlos. **Experiência na harmonização das normas de auditoria no Brasil às normas internacionais de auditoria**. Revista Brasileira de Contabilidade, Brasília: Nº 85: 94-99, dezembro de 1993.
- O'REGAN, Philip. **Financial Information Analysis**. Jonh Wiley & Sons Ltd, 2001.
- POHLMANN, Marcelo C. Harmonização Contábil no Mercosul: **A Profissão e o Processo de Emissão de Normas - Uma Contribuição**. Caderno de Estudos da FIPECAFI, n. 12, p. 40-63, Set. /1995.
- ROSA, Paulo Moreira da. **A contabilidade no Mercosul**. São Paulo: Atlas, 1999.
- TROMBLY, Maria. **SEC may loosen reins on foreign biz computerworld**. Vol.34, nº 23, p.199. Framingham, 5 Jun 2000.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. **Normas para Apresentação de Trabalhos Científicos**. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1995.
- VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 1990.